

Logo: sua gramaticalização e seu semantismo em textos midiáticos

Logo: grammaticalization and semantics in media texts

Geisa Pelissari Silvério¹
Maria Regina Pante²

RESUMO: É fato que o estudo e a correta aplicação da gramática normativa da Língua Portuguesa se fazem necessários para que o emissor se comunique de modo adequado na maioria dos gêneros discursivos. Entretanto essa mesma gramática impõe determinadas regras que ora deixaram de ser utilizadas, devido às evoluções históricas que permeiam qualquer língua, ora passaram a ser empregadas de modo nem sempre igual aos preconizados pelas gramáticas normativas. Diante disso, para entender certas ocorrências que não são justificadas pela gramática tradicional, buscam-se teorias que possam auxiliar nessa compreensão. A corrente adotada será o Funcionalismo, que promove uma análise linguística além da estabelecida pela gramática normativa, pois abrange outros aspectos não considerados por ela. Procurando ampliar as discussões a respeito dos diferentes usos, este trabalho tem por intuito averiguar aquilo que é mencionado pelos estudos normativos e funcionalistas no que diz respeito ao vocábulo *logo*, tradicionalmente definido como uma conjunção coordenativa conclusiva. Ademais, busca-se evidenciar o processo de gramaticalização pelo qual o termo passou e expor as diferentes relações semânticas que ele pode expressar na língua em uso. Para essa comprovação, foram utilizados exemplos do cotidiano, retirados de textos midiáticos, tais como a revista *Isto É* e o jornal *Folha de S. Paulo*.

Palavras-chave: Funcionalismo; gramaticalização; *logo*.

ABSTRACT: It is a fact that the study and the correct application of the rules of Portuguese grammar are necessary for the issuer to communicate adequately in most discursive genres. However this same grammar imposes certain rules that now left to be used due to historical developments that pervade any language, now began to be employed so not always equal to those advocated by the normative grammar. Wherefore to understand situations which are not justified by traditional grammar, theories that are sought to assist this understanding. The current adopted will be the Functionalism, which promotes linguistic analysis beyond established by normative grammar, it covers other aspects not considered by her. Looking enlarger the discussions about the different uses, this study is aimed at ascertaining what is mentioned by the normative and functionalists studies with respect to the word *logo*, traditionally defined as a coordinating conjunction conclusive. Furthermore, we seek to show the process of grammaticalization whereby the term came and expose the different semantic relations that he can express in language use. To prove this, was used everyday examples, took out from media texts, such as magazine *Isto É* and the newspaper *Folha de S. Paulo*.

Keywords: Functionalism; grammaticalization; *logo*.

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: geisa_pelissari@hotmail.com

² Doutora em Letras-Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

A língua, em seus diferentes usos e situações comunicativas, sofre constantes mudanças fazendo que, com o tempo, os elementos se tornem mais frequentes e fixos no intelecto do usuário. Desse modo, novas construções sintáticas se estabelecem e elementos já existentes na língua vão, ao longo do tempo, estabelecendo relações semânticas além daquelas que delimitam e restringem as normas gramaticais da língua e seus possíveis estudos.

Com isso, apesar de as gramáticas normativas determinarem em qual classe de palavra certo vocábulo se encaixa, deve-se atentar ao fato de que esse vocábulo pode, historicamente e em cada contexto, ser classificado de outra maneira. É o que procede com algumas palavras definidas como conjunções, mas que, ao promover-se um estudo diacrônico, constata-se um valor semântico adverbial passível de observação em delimitada situação.

Objetiva-se, portanto, tecer comentários acerca da trajetória histórica do vocábulo *logo*, esclarecendo como se deu seu processo de gramaticalização como conjunção, buscando seus possíveis significados, segundo a Gramática Tradicional, e analisando-o em textos veiculados pela mídia, tais como a revista *Isto É* e o jornal *Folha de S.Paulo*.

Pretende-se demonstrar para a comunidade acadêmica os aspectos funcionais e semânticos desse elemento, permitindo não só a sua compreensão e interpretação em textos sociais, culturais e políticos, mas também a constatação de que seu uso, em diferentes contextos, pode levar a interpretações distintas.

Precisamente, o artigo apresenta, a partir de suas conclusões, a inter-relação entre o ensino em sala de aula e as definições apresentadas aos alunos pelas gramáticas e suas reais aplicações.

1. Funcionalismo, gramaticalização e o vocábulo *logo*

O Funcionalismo procura compreender as diferentes relações estabelecidas entre a estrutura gramatical das línguas e os distintos contextos comunicativos em que essas relações são utilizadas. Portanto, essa corrente linguística considera as diversas funções e as possíveis mudanças semânticas que certo vocábulo exerce no discurso do falante, verificando as

condições discursivas existentes em seu uso.

Nessa esteira, Cunha (2008, p.157) assevera que

os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Sendo assim, a corrente funcionalista visa, por meio de dados da língua escrita ou falada em situações reais de comunicação, demonstrar relações semânticas não apregoadas pela tradição gramatical, uma vez que, devido ao seu uso, a língua se adapta a esses contextos, promovendo uma alteração gramatical ou funcional do léxico.

Para Martellota (1996, p.6),

a gramática de uma língua natural nunca é estática e acabada: tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos. Por alguma razão, certos padrões novos se estabilizam, o que resulta numa reformulação da gramática. Nesse sentido, a gramática é um “sistema adaptativo”: enquanto sistema é parcialmente autônoma, mas, ao mesmo tempo, é adaptativa na medida em que responde a pressões externas ao sistema.

Por isso, objetivando facilitar a comunicação com o seu interlocutor, buscando vias que compreendam claramente a mensagem a ser transmitida, o homem vem intervindo nas normas gramaticais de sua língua, transpondo-as de tal maneira que, com o decorrer do tempo, essas intervenções sejam normatizadas e gramaticalizadas. Assim, deixam de ser utilizados outros sentidos e funções que também poderiam ser atribuídos a determinado termo da língua.

O processo acima descrito diz respeito à gramaticalização que, apesar de sua não recente descoberta, ainda é carente de pesquisas. Longhin-Thomazi explica o fenômeno da seguinte forma:

A Gramaticalização é um fenômeno tradicionalmente explicado como um tipo particular de mudança lingüística em que, por meio de um conjunto de alterações principalmente de ordem sintático-semântica, itens lexicais plenos

passam a funcionar como expressões que sinalizam relações específicas.
(2004, p. 215)

Trata-se, portanto, de uma das formas pela qual a gramática de uma língua é constantemente moldada. Martellota (2003) esclarece ainda que essas transformações são unidirecionais³, isto é, partem do discurso diretamente para a gramática e que aqueles elementos que passam por esse processo “perdem a liberdade típica da criatividade contextualmente motivada do discurso e tornam-se mais fixos e mais regulares” (MARTELLOTA, 2003, p. 59).

Nessa trajetória unidirecional de mudança, encontra-se o grupo dos advérbios de lugar, que assumem funções comuns às conjunções, as quais pertencem a uma classe que sempre esteve sujeita à renovação e se expressam como um dos fenômenos de gramaticalização cada vez mais frequentes na Língua Portuguesa.

Sendo assim, este artigo revisita o processo ocorrido com a expressão *logo*, resgatando seus conceitos histórico-diacrônicos. Cabe lembrar que há um consenso nos estudos a respeito das maneiras de reconstrução de mudança semântica das conjunções. Traugott (1982 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) explicita serem dois os mecanismos para tais alterações de significado:

Um deles é a metáfora, de natureza cognitiva, que consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato, e o outro é a metonímia, de natureza pragmática, que consiste na transição gradual e contínua de um significado a outro, por meio da reinterpretação contextual. (p. 93)

Entretanto, antes de se expor o processo de gramaticalização histórica do termo *logo*, é necessário retomar seus conceitos atuais designados pela Gramática Tradicional (GT) da Língua Portuguesa, os quais são transmitidos nas salas de aula.

³“Se de um lado os estudos diacrônicos apresentam evidências da unidirecionalidade da mudança, também levam à constatação antagônica de que o conjunto dos usos atuais de determinados elementos linguísticos também se encontra em estágios anteriores da língua. A segunda constatação leva-nos irremediavelmente à noção de uniformitarismo ou, em termos saussurianos, ao conceito de pancronia. A regularidade que caracteriza o conjunto de usos de alguns elementos linguísticos em diferentes sincronias impõe que se repense o princípio da unidirecionalidade e o papel do tempo no processo de mudança linguística. Nossa tendência, no momento, tem sido aceitar a unidirecionalidade, relacionando-a não às mudanças sucessivas que uma forma linguística pode assumir ao longo do tempo, mas aos critérios e rumos dos processos cognitivos relacionados à produção e à transferência de informação entre diferentes domínios conceptuais que os falantes praticam no uso da língua.” (MARTELLOTTA, 2003, p. 59)

Definida como uma conjunção, o vocábulo *logo* possui, segundo a GT, a função de ligar orações ou palavras de mesmo valor ou função. Tanto Bechara (1999) como Pasquale e Ulisses (2003) subdividem as conjunções em subordinativas e coordenativas⁴, inserindo *logo* nas coordenativas conclusivas, aquelas que, ao ligarem as orações, encerram ou exprimem uma conclusão de um fato sob outro. Cunha e Cintra (2001) acrescentam a ideia de consequência à conjunção *logo*. Azeredo denomina o termo *logo* como um adjunto conjuntivo, o qual “introduz uma oração que exprime a continuação do raciocínio iniciado com a oração anterior” (2011, p. 307). Para o autor, a relação estabelecida pelo vocábulo também é de conclusão.

Tendo em vista esses conceitos, faz-se agora uma retomada histórico-diacrônica do vocábulo *logo*, com a finalidade de se compreender o processo de gramaticalização pelo qual esse elemento passou.

2. O processo histórico-diacrônico do vocábulo *logo*

O termo *logo* sofre e vem sofrendo um constante processo de gramaticalização. De acordo com Cunha (1998), a origem de *logo* está no latim *loco*, ablativo *locus*, que significa “imediatamente”, classificando o termo como um advérbio, da mesma forma que Coutinho (1967) e Said Ali (1971).

Em dados investigados por Gonçalves *et al.* (2007), no português arcaico encontram-se apenas dois usos do vocábulo *logo*: o de substantivo *logo*, que exprimia a ideia de sucessão espacial, e o de advérbio, que encerrava a ideia de sucessão temporal. Como substantivo, seu significado equivalia a “lugar”, indicando posição física e/ou social. Como advérbio, apresenta uma relação de posterioridade temporal inserida em uma relação externa, podendo ser semanticamente substituído por “em seguida”, “em breve”. Isso fica evidente nos dois exemplos abaixo do português arcaico investigados pelo próprio autor:

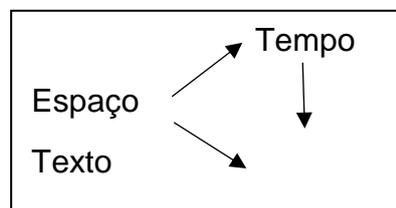
- (1) Mandamos que quando ouurye morte Del rey, todos guarde senhorio e os dereytosdelrey, aaquel que reynaren **seu logo** e os que algua cousa teurem que perteesca a senhurio Del rey (13FR, 132) [...*todos guardem o poder e os direitos de rei àquele que reinar em seu lugar...*].

⁴ Bechara (1999) distingue as subordinativas das coordenativas afirmando que nestas não há uma relação de dependência, ou seja, a ligação não é realizada entre uma oração dita principal e uma outra que apresentará essa relação de dependente com a principal. Por sua vez, Pasquale e Ulisses (2003) afirmam que as conjunções coordenativas ligam orações sintaticamente equivalentes.

- (2) E Galvam filhou **logo** o escudo e depois deitou-o ao colo (13DSG, 8) [Galvam tomou em seguida (ou imediatamente) o escudo e depois colocou-o no colo]. (GONÇALVES ET AL., 2007, p.94, grifos e tradução do autor)

O autor afirma também que somente no material investigado referente ao século XVII é que se encontrou o uso conjuncional de *logo*. Portanto, somente a partir daí é que se tem o termo atuando como um elemento de coesão textual entre dois encadeamentos, veiculando a ideia de coordenação entre eles.

Na gramaticalização do vocábulo *logo*, pode-se visualizar um processo analógico *espaço > discurso*, como denominado por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991 *apud* GONÇALVES ET AL., 2007), que faz elementos de valor espacial admitirem funções típicas de conjunção. Em alguns casos, a polissemia do termo em estudo também apresenta valor temporal. Com isso, os mesmos autores “propuseram uma trajetória de mudança semântica que um elemento linguístico tenderia a cumprir até atingir o *status* de conectivo” (*apud* GONÇALVES ET AL., 2007, p.63). O esquema abaixo exemplifica justamente a trajetória unidirecional de alteração, que faz advérbios de lugar assumirem a função de conjunção, apresentando, ou não, no intermeio valor temporal.



Dessa maneira, observa-se o surgimento da classificação atualmente empregada ao vocábulo *logo*: conjunção conclusiva. Gonçalves ressalta que

A natureza pronominal do advérbio *logo* foi determinante para a constituição da conjunção conclusiva – que até hoje preserva essa característica do advérbio –, já que na relação de conclusão há um movimento de retroação, a partir do qual o falante/escritor retoma o conteúdo anterior e então introduz uma conclusão. (2007, p. 97, grifo do autor)

Mattos e Silva (1993) e Neves (2000) acrescentam que muitas locuções conjuntivas são formadas pelo elemento *que* como final, envolvendo um advérbio como *logo*. Consoante isso, o advérbio *logo* no português arcaico sofreu a cristalização da ideia de temporalidade desse termo com uma partícula multifuncional *que*, como se “a circunstância de tempo

expressa por *logo* na oração principal remetesse cataforicamente ao conteúdo da oração subsequente, que é encabeçada por um *que*” (LONGHIN-THOMAZI, 2004, p. 228).

Após esse resgate histórico, é indispensável analisar alguns usos atuais do termo *logo* para verificar e comprovar ou não sua polissemia, observada na descrição diacrônica realizada acima.

3. O semantismo do vocábulo *logo* em textos midiáticos

Para se compreender e evidenciar o significado dos usos do elemento *logo* aqui já descritos, utilizou-se o emprego do termo por jornalistas e escritores em textos veiculados pela revista *Isto É* e pelo jornal *Folha de S.P.*

Dentre as dez ocorrências encontradas nas edições analisadas dos respectivos meios de comunicação já mencionados, sete apresentaram o mesmo semantismo para o vocábulo *logo*, explicitando, também, o seu frequente uso com esse significado nos textos midiáticos.

Trata-se do termo *logo* como advérbio, que possui a ideia de sucessão temporal. Seu significado equivaleria a “imediatamente” e/ou “em seguida”, como pode ser observado nos trechos abaixo relacionados:

- (1) A proposta de Carlos Willian, que ele também pretende oficializar **logo** depois da aprovação da CPMF, é de zerar todo jogo eleitoral, criando o direito de Lula e dos atuais governadores de concorrer mais uma vez. (Revista *Isto É*, 2007, p. 31)
- (2) “Por isso, deve-se fazer o que chamamos de refeição de vestiário, **logo** após a atividade”, explica o fisiologista Turíbio Leite de Barros Neto, coordenador do Centro de Medicina da Atividade Física e do Esporte, ligado à Universidade Federal de São Paulo. (Revista *Isto É*, 2007, p. 76)
- (3) Quem entra no ambiente branco e asséptico da Galeria Nara Ressler, em São Paulo, é **logo** recebido com um forte cheiro de maçã. (Revista *Isto É*, 2007, p. 102)
- (4) Aclamado ao chegar à manifestação, Khan foi **logo** cercado por um grupo de jovens, que abriu caminho entre as cerca de 200 pessoas presentes ao protesto e capturou o ex-esportista. (Jornal *Folha de São Paulo*, 2007, p. 15)
- (5) A evolução do embrião foi interrompida **logo** no começo para o isolamento das células-tronco. (Jornal *Folha de São Paulo*, 2007, p. 20)

- (6) Analisando o problema do ponto de vista quântico, porém, Matsas e Silva conseguiram fazer – em teoria, diga-se **logo** – com que partículas entrassem no buraco negro por meio de um efeito chamado “tunelamento”. (Jornal *Folha de São Paulo*, 2007, p. 20)

Pode-se afirmar ainda que, em todos os casos acima relacionados, houve uma intenção do emissor em enfatizar a ideia de temporalidade do elemento *logo*, pois, se retirado dos segmentos o vocábulo em destaque, cada um dos trechos perderá seu valor de imediatismo.

Outro exemplo do termo *logo*, também como advérbio de temporalidade, foi encontrado. Seu uso, contudo, foi empregado com o significado de “em breve”. E, intencionando deixar evidente essa ideia, o autor utilizou o vocábulo duas vezes de maneira consecutiva:

- (7) Em substituição ao silêncio forçado de sua ação como garoto-propaganda do etanol e de outros bio-combustíveis, Lula adota a campanha do “**logo, logo** o Brasil vai participar da Opep e vamos brigar para baixar o preço do petróleo”. (Jornal *Folha de S.P.*, 2007, p. 05)

Em um dos empregos encontrados há a coexistência de dois sentidos, apesar de apresentar somente uma classificação. O elemento *logo* é, neste encadeamento, um advérbio trazendo, portanto, a noção temporal consigo:

- (8) Na dianteira está o também deputado José Eduardo Cardozo (SP), com 31%, e **logo** em seguida a turma da ministra Marta Suplicy, com 27%. (Revista *Isto É*, 2007, p. 40)

Entretanto, mesmo não podendo ser substituído por “lugar”, o vocábulo *logo* carrega a ideia de sucessão espacial no contexto frasal. No caso, é uma noção social de um deputado encontrar-se uma posição à frente do que lhe segue, no contexto eleitoral para candidatos à reeleição interna.

Essa relação espacial também pode ser constatada no exemplo a seguir, em que o termo *logo* expressa o lugar no qual o recado é dado. Isso somente comprova a possível relação de advérbios de lugar se apresentarem como conjunção e, no caso especificado, com valor também temporal de imediatismo.

- (9) O recado é dado **logo** na faixa de abertura na qual o cantor apelidado de “The boss” (o chefe) clama por “mais ritmo” e “milhares de guitarras”. (Revista *Isto É*, 2007, p. 104)

Por fim, tem-se uma única expressão do elemento *logo* como conjunção conclusiva, da forma como a GT determina.

- (10) Ganhou ainda mais destaque quando apareceu no filme *Tropa de Elite* e **logo** a atriz revelação virou sex symbol. (Revista *Isto É*, 2007, p. 72)

Nesse encadeamento, o item *logo* liga duas orações em que a segunda, “a atriz revelação virou sex symbol”, exprime um resultado, uma consequência, uma conclusão do fato mencionado na primeira, ou seja, de a atriz ter aparecido no filme. Subentende-se, também, a noção temporal do fato de a atriz ter virado sex symbol ter ocorrido “em seguida”, “imediatamente” após a sua participação no filme.

Portanto, observa-se que o item *logo* pode exprimir não somente um, mas dois de seus possíveis semantismos ao mesmo tempo, dependendo do objetivo que o autor intenciona transmitir.

Considerações finais

Acreditar que a língua portuguesa é um conjunto de normas fechadas e inalteradas fará certos usos de seus falantes não serem considerados, já que fogem ao que é determinado como regra. Diante disso, os diferentes estudos gramaticais, e neste caso o funcionalista, procuram dar tratamento além daquilo que é limitado pela GT.

Com isso, este artigo, ao buscar trabalhar com os usos, que se tornam cada vez mais frequentes na língua, expôs exemplos do vocábulo *logo*, denominado pela gramática normativa como uma conjunção que liga duas orações e exprime sempre uma relação semântica conclusiva entre as cláusulas que vincula.

Entretanto, com base no que foi exposto, conclui-se que o vocábulo *logo*, diferentemente do que é apregoado pela norma, pode se expressar com diferentes significados em um determinado contexto. Além disso, seu sentido dependerá do objetivo que o emissor deseja atingir, seja enfática, seja persuasiva, dentre outros.

Sendo assim, observou-se uma trajetória unidirecional de mudança que levou um advérbio de lugar, segundo sua historicidade, a assumir funções típicas de conjunção, tendo apresentado, intermediariamente, valor temporal.

Entretanto, como se comprovou nesse trabalho, vale ressaltar que essa unidirecionalidade não compromete a não polissemia do termo. É o caso do vocábulo *logo* que, mesmo pela fluidez categorial que passou entre advérbio e conjunção, não deixou de apresentar todos seus possíveis usos em textos atuais. O termo mostrou-se também flexível, pois há a possibilidade de dois sentidos serem empregados em uma mesma frase.

Referências

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.

CARVALHO, C. dos S. **Processos sintáticos de articulação de orações**: algumas abordagens funcionalistas. In: VEREDAS – Revista de Estudos Lingüísticos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004, v.8, n.1 e n.2, p. 9-27, jan./dez.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. 6 ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. 2. Ed. 10. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) **Manual de Linguística**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs) **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNADES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs) **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. Parábola Editorial, 2007.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Gramaticalization**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

JORNAL **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2007. 1. cad. p. 1-20.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. In: **VEREDAS** – Revista de Estudos Linguísticos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004, v.8, n.1 e n.2, p. 215-232, jan./dez.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 1993.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. ET AL. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

NEVES, Maria Helena. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. Ed. Renovada. São Paulo: Scipio-ne, 2003.

REVISTA **ISTO É**. São Paulo: Editora Três, n° 1984, 07/11/2007.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**, 2 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1971.

Data de recebimento: 12/07/2014

Data de aprovação: 21/09/2014